

MOÇÃO DE CENSURA

Portugal vive um momento dramático sem paralelo na nossa história recente. Em violação dos seus compromissos eleitorais, o atual Governo tem vindo a prosseguir uma estratégia de empobrecimento do País, assente numa violenta política de austeridade “do custe o que custar” e numa agenda ideológica ultraliberal contra as funções sociais do Estado. Os resultados estão à vista de todos.

O desemprego atinge valores nunca vistos. Há 942 mil desempregados e todos os dias há mais portugueses que perdem o seu emprego;

A economia está no terceiro ano consecutivo em recessão profunda (-3,2% do PIB, em 2012);

A dívida pública continua a aumentar (em 2012, passou de 108% para 123,6% do PIB; um aumento superior a 20 mil milhões de euros)

O défice orçamental falha sistematicamente as metas estabelecidas (em 2012, será de 6,4% face aos 4,5% previstos, um desvio superior a 3,2 mil milhões de euros).

As previsões já conhecidas apontam para o aprofundamento da crise nos próximos anos: mais desemprego (a caminho do milhão de desempregados), menos economia (mais do dobro da recessão prevista pelo Governo, no orçamento de estado para este ano), mais dívida pública e aumento do défice orçamental em relação ao estabelecido.

Vive-se um sentimento de desesperança e até de desespero, perante a degradação da situação económica, social e financeira do país, mas sobretudo pela perda de confiança na capacidade do Governo em oferecer uma resposta credível para a saída da crise.

Esta situação resulta em grande medida das opções e dos erros do Governo. Num contexto difícil e exigente, o Governo rompeu todos os equilíbrios necessários à boa condução do país e do processo de ajustamento. Na economia, a opção da austeridade “custe o que custar” e da desvalorização interna provocaram a entrada numa espiral recessiva e a escalada do desemprego e da dívida. Na frente do diálogo político e social, a arrogância e a autosuficiência levaram ao afastamento dos diferentes partidos, a ignorar as vozes e alertas da sociedade

civil, e à marginalização dos parceiros sociais. Na frente europeia, o radicalismo ideológico, a ausência de pensamento próprio e a falta de vontade levaram o Governo a abdicar da defesa sistemática das melhores soluções para o nosso país, quer ao nível do reforço da UEM, mas também na melhoria e adaptação do nosso programa de ajustamento.

Mas pior, perante a dramática realidade económica e social em que vivemos, e num quadro de completo isolamento político, o Governo concluiu, incompreensivelmente, que o país está na direção correta e que não há necessidade de correção na trajetória do nosso ajustamento.

O Governo nega a realidade, não reconhece o seu falhanço e insiste em reforçar a dose da sua política da austeridade, com a proposta de um corte adicional de 4 000 milhões de euros nas funções do Estado. Estes cortes, sobretudo nas áreas da segurança social, da educação e da saúde, trarão inevitáveis consequências na redução do acesso aos serviços públicos e na redução das transferências sociais de que depende o rendimento de muitas famílias, já gravemente atingidas pelas políticas de austeridade. Esta opção contribuirá ainda mais para o aprofundamento da recessão, para o aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais entre portugueses. As principais vítimas da política do Governo são os mais pobres e as classes médias, gravemente afetadas nas suas condições de vida, de igualdade de oportunidades e de mobilidade social; fortemente atingidas pelo desemprego e, em muitos casos, confrontadas com um sério risco de pobreza. Enquanto isso, muitos milhares de jovens, incluindo os mais qualificados, são empurrados para a fatalidade da emigração por um Governo sem visão de futuro, que se mostra incapaz de lhes abrir um horizonte de esperança. As famílias, por seu turno, enfrentam dificuldades cada vez maiores e as taxas de natalidade caem para níveis alarmantes. Os pensionistas e os funcionários públicos foram particularmente atingidos pelo Governo com os Orçamentos de 2012 e 2013.

O PS sempre se opôs à política de austeridade do Governo, alertando para as consequências na destruição da economia e do emprego. O PS sempre foi claro na rejeição da política de empobrecimento e de emigração como instrumentos para a melhoria da competitividade, mostrando a sua completa incompatibilidade com o mundo desenvolvido em que nos integramos e com o país moderno que ambicionamos ser. O PS sempre se bateu pelo diálogo político e social, afirmando em todos os momentos o seu carácter absolutamente central na resposta à crise. Por último, o PS sempre se bateu por uma participação forte e ativa de Portugal na negociação europeia, com vista à superação da gravíssima crise que a Europa atravessa, mas também à melhoria constante e sistemática do nosso processo de ajustamento.

Os portugueses não aguentam mais. Ao contrário do que diz o Governo, Portugal não está na direção certa. Chegou a altura de dizer: Basta! Chegou o momento de parar com a política de austeridade que está a empobrecer o nosso país e a exigir pesados sacrifícios aos portugueses sem que se vejam resultados. Os portugueses cumpriram, mas o Governo falhou.

O PS tudo fez para que o Governo reconhecesse o seu fracasso, abandonasse a sua política da austeridade e mudasse de caminho. O Governo ignorou os alertas e recusou os contributos do PS, bem como de outras organizações e movimentos da sociedade portuguesa.

A sétima avaliação da aplicação do memorando, por ser a primeira depois de conhecidos os resultados de 2012, constituía o derradeiro momento para o Governo inverter a sua política. Avisámos o Governo de que esta seria a última oportunidade para fazer essa mudança. O Governo desperdiçou a derradeira oportunidade para mudar de rumo. O Governo tornou evidente que não está à altura do momento que vivemos e das responsabilidades que deveria assumir.

A situação a que o nosso país chegou é de uma enorme gravidade. Os portugueses não aguentam estes níveis de desemprego, nem mais medidas de austeridade. Estamos à beira de uma tragédia social de consequências imprevisíveis para a vida dos portugueses e para o nosso regime democrático. Nenhum órgão de soberania e responsável político pode ignorar o estado de pré-ruptura social e de espiral recessiva a que o nosso país chegou.

Se o Governo continua, cada vez mais isolado, a violar as suas promessas eleitorais, sem autoridade política, incapaz de escutar e de mobilizar os portugueses, a falhar nos resultados, a não acertar nas previsões, a negar a realidade, a não admitir a necessidade de alterar a sua política de austeridade, a não defender os interesses de Portugal na Europa, a conduzir o país para o empobrecimento, então só resta uma saída democrática para solucionar a crise: a queda do Governo e a devolução da palavra aos portugueses.

É o que se pretende alcançar com a apresentação desta moção de censura. Portugal precisa urgentemente de um novo Governo e de uma nova política.

Mais do que um ponto de chegada, esta moção é um ponto de partida para sairmos das crises que vivemos. A crise política já existe. Esta moção oferece uma solução para a crise política, como condição necessária para mobilizarmos os portugueses e vencermos a crise social e económica que nos cerca.

Há um novo consenso político e social em Portugal. Só um novo Governo, democraticamente legitimado, com forte apoio popular, estará em condições de interpretar e protagonizar o novo consenso nacional, renegociar (ao nível

européu) uma estratégia credível de ajustamento e proceder ao relançamento sustentável da nossa economia e da criação de emprego.

Outro caminho é possível e necessário. Um caminho de esperança. Um caminho de ambição. Um caminho em que Portugal volte a ter voz na Europa. Um caminho feito com as pessoas e para as pessoas, mobilizando a força, a criatividade e o empenho duma nação milenar que se orgulha do seu passado, se afirma na sua identidade e acredita no seu futuro. Um caminho com esforço mas com sentido, apostando num Estado Social mais eficiente e numa economia mais qualificada e competitiva.

Assim,

A Assembleia da República delibera, nos termos do artigo 194.º da Constituição da República Portuguesa, censurar o XIX Governo Constitucional.